

Abordagens do Jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens de Goiânia¹

Gardene Leão de Castro Mendes¹.

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar as abordagens do jornal *O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Focamos especificamente em violência policial porque, em Goiânia, nos últimos anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens aumentaram consideravelmente. Através da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar, na formatação das notícias, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Percebemos que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais.

Palavras chave: comunicação, juventude, agendamento, violência.

O presente estudo teve como objetivo analisar como foram feitas as abordagens do *Jornal O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Tal projeto encontrou motivação, primeiramente, na importância de se falar sobre juventude, já que esse é um tema que vem sendo discutido amplamente não só na academia, mas na sociedade em geral e nos meios de comunicação. Além disso, sabemos que os meios de comunicação, não raro, tratam a temática da juventude de forma genérica, com alarde, para atrair a atenção de seu público leitor. Como afirma Carmo (2001, p.11): “No Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência.”

Ainda segundo o autor, a mídia, buscando suprir seus leitores com notícias, tenta fazer reportagens instigantes que muitas vezes não abordam a totalidade dos fatos e acabam deturpando-os, cometendo alguns exageros.

A imprensa, muitas vezes no afã de relatar casos interessantes, transforma um crime envolvendo um grupo de rapazes com tênues ligações entre si em uma ação de gangue organizada. Na pressa para obter dados, pode-se transformar um bando de arruaceiros em gangue organizada, o que torna maior o interesse dos leitores. (CARMO, 2001, p. 12)

¹ Gardene Leão de Castro Mendes. Graduada em Relações Públicas - Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação - Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduada em Juventude no Mundo Contemporâneo - Faculdade Jesuíta (FAJE). Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Goiás. Vinculada à Casa da Juventude Pe. Burnier, Revista Viração e Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude. Goiânia, Goiás. Contato: gardeneleao@gmail.com.

Como está descrito na pesquisa do Projeto Juventude, feita pelo Instituto Cidadania, os brasileiros de 15 a 24 anos somam 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 9)

A pesquisa do Projeto Juventude também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.13). Como resultado dessa realidade, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros.

Em Goiânia, a juventude também representa uma grande parcela da população. Segundo os dados do IBGE, divulgados em 1996 e 1997, existem 221.000 jovens na cidade, na faixa etária de 15 a 24 anos, representando 22,1% de sua população total.

Um dos grandes problemas relatados pelos jovens goianienses, segundo a pesquisa Retratos da Juventude Goiana (2001, p.71), é a violência, apontada como um dos maiores incômodos pela maioria dos garotos do sexo masculino de 15 a 16 anos.

Como podemos perceber, a juventude representa uma grande parcela da população brasileira e goianiense que vivencia situações de exclusão e violência. Por isso o interesse em verificar de que forma a realidade da violência é relatada pela mídia à população, em especial pelo jornal *O Popular*, por esse ser um importante veículo formador de opinião em Goiás.

Focamos em nosso trabalho especificamente a violência policial devido ao fato de que, em Goiânia, nos últimos dois anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens vêm aumentando consideravelmente.

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, n° 33)

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens*, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis, inclusive do estado. O Comitê também pretende identificar outras situações em que a população encontra-se sujeita às arbitrariedades policiais - como nos casos de saques aos

comerciantes, agressões aos trabalhadores ambulantes e à juventude da periferia. Conforme está relatado na carta de lançamento do comitê:

O Estado de Goiás figura entre os sete estados em que mais ocorrem homicídios cometidos por policiais no Brasil. Exemplo da abordagem truculenta policial foi o que aconteceu com o jovem Lindomar Pedroso de Araújo, de 22 anos na época, que fora detido, sofreu tortura e, após seis meses da prisão, foi morto dentro de casa. Esse caso teve pouca repercussão na mídia. Registra-se que grande parte dos fatos delituosos cometidos por policias ocorrem na periferia de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, sendo que os mesmos não se identificam quando das abordagens. (COMITÊ, 2006, p.02)

Esse grande aumento dos números de casos de violência policial contra jovens nos motivou a verificar como o jornal *O Popular* relatou esses casos no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Escolhemos esta data porque o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* foi fundado no dia 28 de abril de 2006 e porque quisemos verificar como o jornal *O Popular* cobriu esse evento.

Para analisar as notícias publicadas, utilizamos, como referencial teórico, a teoria do enquadramento. Conforme afirma Lima (2006, p.17), essa teoria é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido. Para realizar esse enquadramento, aspectos como ideologia, normas e posicionamento político do veículo de comunicação diante de determinados temas são fundamentais.

Ao ressaltar certos aspectos, destacando-os ou excluindo-os, o enquadramento da notícia pode levar a uma percepção de um fato diferente do que ele provocaria se esse enquadramento não acontecesse. Logo, o enquadramento ajuda a determinar como a notícia será apresentada ou até mesmo se um fato será transformado em notícia. Segundo Bonfim:

O método de interpretação baseado nos enquadramentos estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia ou na construção da “estória”. Dispositivos de enquadramento são: metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e imagens. (BONFIM, 2005, p.77)

Assim, através da teoria do enquadramento, analisamos, na formatação das notícias sobre os casos de violência policial contra jovens divulgadas no jornal *O Popular*, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Vale destacar que até mesmo a omissão de fatos ou de detalhes de determinadas notícias são fatores importantes nessa categoria de análise.

3.1 MÍDIA E PODER

De uma forma geral, podemos definir mídia como instituições que produzem e transmitem informações e notícias para determinados públicos. A mídia difunde suas informações através de diversos veículos: jornais, internet, televisão, revistas, rádio etc. Na definição de Lima (2006, p.52):

Quando falamos de mídia estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa. Ela é parte de nossas vidas da mesma forma que os caminhões para o fiscal de alfândega. E é por isso que quase não nos apercebemos dela e de sua importância. (LIMA, 2006, p. 52)

Na sociedade atual, a mídia passou a ser sinônimo de poder. Grandes empresas, sindicatos, movimentos sociais, instituições políticas; enfim, vários atores sociais buscam espaço na mídia para ganhar a aprovação da opinião pública.

Essa nova situação provoca conseqüências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional como para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm que disputar a visibilidade favorável de seu ponto de vista. (LIMA, 2006, p. 56)

Dessa forma, atualmente, o poder não é mais identificado só ao poder político, mas também, e quase sempre, ao poder midiático. Quando falamos de poder, devemos considerar a crise que ele sofre. Ao invés de um poder autoritário, estamos passando para um poder consensual, consenso esse obtido através da opinião do povo, manipulado ou não. Conforme afirma Ramonet,

Quanto a falar do poder, não se pode fazê-lo senão considerando a crise que ele sofre, no sentido amplo do termo, e que é uma de suas características neste fim de século. De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas). Crise, dissolução, dispersão do poder, só dificilmente se sabe onde ele se encontra. (RAMONET, 2001, p.39)

Nesse contexto, a mídia, que era considerada por tanto tempo como “quarto poder”, passa a desempenhar um papel fundamental.

Segundo Ramonet (2001, p.40), a mídia possui tal importância na formação de opiniões que ocupa a posição de “segundo poder”.

Na realidade, o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (cuja imbricação como o primeiro se mostra muito forte) é certamente midiático – instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável – de modo que o poder político só vem em terceiro lugar. (RAMONET, 2001, p.40)

Nessa posição de destaque, os meios de comunicação podem ser meios de debate, promovendo alguma interatividade com o receptor, e, em alguns momentos, também podem ser

agentes de vigilância e de controle dos poderes, servindo como importantes meios de troca de informações e de estímulo à cidadania. Contudo, eles também podem ser usados em função de interesses particulares ou de interesses de determinados poderes. Conforme afirma Souza (2000, p.22),

Todavia, não será menos certo, a acreditar em vários estudos, designadamente entre os que orbitam em torno dos estudos culturais (Hoggart, Williams, Hall, etc), da teoria crítica (Adorno, etc.) e da teoria da hegemonia (Gramsci, etc.), que os meios jornalísticos são também usados em função de interesses particulares, como os interesses de determinados poderes, podendo, igualmente, contribuir para a amplificação dos poderes e para a sustentação do status quo. (SOUZA, 2000, p.22)

Para Ramonet (2001), alguns jornalistas, cientes do poder que a mídia exerce, posicionam-se como “cães de guarda”, tentando manter, por meio das informações transmitidas, as posições e ações de uma classe dominante detentora do poder. Assim, esse grupo de jornalistas impõe sua definição de notícia-mercadoria, estando a serviço dos interesses dos detentores do poder.

Outro fator que muito contribui para o poder da mídia na sociedade atual é a associação das notícias como sendo as únicas verdades de um fato. As pessoas têm acesso ao que acontece no mundo por meio dos veículos de comunicação e, na maioria das vezes, essa é a sua única fonte de informação de um determinado fato. Assim, o que sai na mídia é a pura verdade e o que não é relatado acaba ficando no anonimato ou simplesmente não acontece aos olhos da opinião pública. Sobre esse fato, Ramonet (2001, p.44) afirma:

Guardadas as devidas proporções, as mesmas questões surgem a respeito da televisão desde a guerra do Golfo. Onde está a verdade? Agora o telespectador pode dizer: “Vi o que se passou em Kosovo, vi os combates, vi aquela vítima em pessoa cair sob o olho da câmera, ali diante dos meus olhos. Pois a informação, tal como é enunciada agora, estabelece uma ponte aparente entre o evento longínquo e o sentimento íntimo de cada um, que cria um efeito enganador. Se vejo uma cena que suscita minha emoção, o que me garante que ela é verdadeira? As circunstâncias objetivas que cercam esta cena como evento e como fato material, ou a compaixão que sinto pessoalmente? (RAMONET, 2001, p.44)

Logo, quando acontece um fato, se os meios de comunicação disserem que ele é verdadeiro, o mesmo será considerado verdadeiro, mesmo que seja falso. Porque o que é verdadeiro é o que a mídia divulga como tal. Souza (2000, p.26) aponta:

Recentemente, segundo Mar de Fontcuberta (1993), os news media² começaram a difundir relatos de não-acontecimentos, ou seja, a construir, produzir e difundir notícias a partir de factos não sucedidos (como, por exemplo, o Conselho de Ministros não se pronunciar sobre o que nem sequer estava previsto que se pronunciasse), o que minaria

² News media – termo que se refere aos meios de comunicação.

aquelas que a autora considera serem as bases tradicionais do jornalismo: realidade, veracidade e atualidade. (SOUZA, 2000, p.26)

Nesse contexto, se a pessoa quiser verificar se uma informação é verdadeira, deverá confrontar os discursos dos vários meios de comunicação. E mesmo assim correrá o risco de ter acesso a uma informação homogeneizada, com um foco comum de análise, sem uma postura crítica.

O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade... mesmo que seja falso. O receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros. E se todos dizem a mesma coisa, é obrigado a admitir que é a versão correta dos fatos, a notícia “verdade oficial”. (RAMONET, 2001, p.62)

Champagne (1996, p.223) traz ao debate o fato de que os dominados, para se exprimirem e se fazerem ouvir, devem ter seu discurso formalizado pela mídia. Para o autor, é necessário ser capaz de produzir algo que chame atenção da mídia.

Para sair do silêncio – muitas vezes mortal do ponto de vista político – da mídia e entrar nessa espécie de “círculo mágico” que coloca um acontecimento, como é bem formulado pela expressão, “sob os holofotes da atualidade”, é necessário ser capaz de produzir alguma coisa que se assemelhe ao que o campo jornalístico percebe, habitualmente, como “evento que mereça a primeira página”. (CHAMPAGNE, 1996, p.223)

Além da divulgação pela mídia, não basta ser “visto”, é necessário, ainda, ser “bem visto”. Contudo, essa relação não é totalmente manipulada pela imprensa. Seja qual for o modo como os meios de comunicação falam a respeito de um assunto, existem fatos que não podem deixar de ser veiculados pelos jornalistas, pois senão eles perdem sua credibilidade. Champagne afirma que,

é na relação entre o campo imprensa e os diferentes campos sociais que se engendram os “acontecimentos”. É como se o acontecimento jornalístico fosse uma forma convertida – na lógica relativamente autônoma do campo jornalístico – do capital econômico, institucional, cultural ou simbólico que está à disposição dos grupos sociais. (CHAMPAGNE, 1996, p.224)

Diante desse cenário, fica claro que mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. Por isso a importância de saber se posicionar diante das informações divulgadas pelos veículos de comunicação, ultrapassando os casos de manipulação, a falta de crítica e a homogeneização do conteúdo transmitido.

Análise das matérias que abordaram a violência policial contra jovens

Ao fazer a análise das notícias sobre violência policial publicadas no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, encontramos 15 matérias relacionadas com a temática juventude e violência.

Destas, quatro trataram diretamente dos casos de violência policial contra jovens; uma apontou o controle e combate à violência como sendo uma das principais demandas sociais de Goiás; três apresentaram jovens assassinados, sem apontar os culpados e quatro apresentaram casos de jovens que cometeram crimes.

Uma das poucas matérias que relatam os casos de violência policial, publicada no *O Popular* no dia 14 de abril, com o título “Acusados de assalto mortos pela Rotam”, relata:

Dois acusados de assalto à residência foram mortos por policiais da Rotam durante troca de tiros, de acordo com a versão da PM. O confronto ocorreu por volta das 21 horas de quarta-feira, no Jardim Atlântico, Região Sudoeste de Goiânia...

Uma hora antes do confronto, os quatro suspeitos tomaram um Passat de Pablo Souza Sales, no Jardim Europa. A vítima foi levada pra um matagal no parque macambira, onde ficou amarrada com tiras e amordaçada com uma meia. Pablo conseguiu livrar-se da mordaza e começou a gritar por socorro. Moradores vizinhos escutaram e chamaram a polícia. Em pouco tempo todos os carros policiais que circulavam pela região foram informados sobre a placa e as características do carro roubado. O tenente Freitas, do 7º Batalhão, fazia patrulhamento no Jardim Atlântico, quando viu o Passat estacionado. A equipe entrou na casa, mas houve resistência dos bandidos... (O Popular, Cidades, p.5, 14/04/2006).

Nesse trecho, podemos perceber que o enfoque é feito no fato de que os policiais acabaram cometendo o assassinato dos assaltantes, que não tem idade nem nomes citados, porque os dois reagiram à abordagem policial. A história é contada enfatizando a forma como os assaltantes roubaram o carro de Pablo Souza Sales, amarrando-o e amordaçando-o.

Fica claro o foco da matéria, que coloca os “bandidos” como culpados e os policiais como cumpridores de seus deveres. O fato de que os policiais assassinaram os bandidos acaba sendo justificado, o que infringe o direito básico de todo ser humano, que é o direito à vida, em primeiro lugar.

O termo utilizado para definir os acusados de assalto também é taxativo: “bandidos”. Quando os policiais cometem crimes, esse tipo de termo não é citado para defini-los, conforme veremos nas próximas matérias.

Também é interessante verificar que a fonte citada na notícia é a Polícia Militar de Goiás. Não foram entrevistados os familiares dos dois assaltantes assassinados e nem a vítima do assalto, Pablo Souza Sales.

Logo, conforme podemos verificar, o enquadramento desta notícia é feito com enfoque nos dados fornecidos pela polícia, que acaba divulgando apenas a sua versão.

Outra matéria publicada pelo *O Popular*, no dia 18 de abril, com o título “Carros da Rotam começam a ser rastreados” relata:

Até meados de maio, 32 veículos de grupamentos de elite da Polícia Militar de Goiás estarão dotadas de GPS, um sistema de radionavegação baseado em satélite. O pedido de instalação do sistema foi feito no início de fevereiro pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público (MP) Estadual e pelo Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, diante dos casos de desaparecimentos e execuções de pessoas após abordagens por policiais militares...

Comandante do Policiamento da Capital, o coronel Richard Félix Romanowski, explicou ontem ao POPULAR que cinco carros da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) já se encontram circulando equipados com GPS e os demais aguardam a chegada de cabos ainda esta semana para que os equipamentos sejam programados. “Estamos aguardando a viabilidade técnica”...

O coordenador do CAO de Controle Externo da Atividade Policial do MP, Carlos Alberto Fonseca, quer mais. O promotor disse que enfrenta resistência para que os veículos do Grupamento de Policiamento Tático (GPT) também recebam GPS. “Queremos acabar com o jogo de empurra. O MP não abre mão de que o GPT também tenha GPS”, afirma...

“...Foi o que ocorreu no desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, em abril de 2005”, lembra o promotor. Por falta de materialidade e de autoria do crime, policiais militares foram absolvidos, mas, de acordo como promotor, não ficou definido se a abordagem foi feita pelo GPT ou pela Rotam. O promotor investiga 14 casos de desaparecimento forçados de 2000 até agora, 6 deles ocorridos em 2005...“O canal é aberto. Estaremos sempre à disposição. Nossa convivência com o MP é salutar”, afirma o coronel Romanowski. Carlos Alberto Fonseca concorda, “até porque”, explica, “meu CAO não tem gente suficiente para executar esse serviço”. (*O Popular*, Cidades, p.10, 18/04/2006).

Nessa matéria, o *Popular* foi mais imparcial, já que entrevistou duas fontes: o comandante do policiamento da capital, coronel Richard Félix Romanowski e Coordenador do CAO de Controle Externo da Atividade Policial do MP, Carlos Alberto Fonseca. Contudo, não são citadas como fonte as famílias das vítimas da violência policial.

A notícia apontou claramente que há casos de violência policial, abordando especificamente o fato de que foi criado um sistema para monitorar as viaturas através da instalação de GPS, solicitado pelo Ministério Público Estadual.

É interessante verificar que o jornal dá direito de resposta aos policiais militares. Na matéria, o coronel Romanowski coloca-se totalmente à disposição para ajudar a resolver a questão da violência policial. Isso pode ser percebido em sua fala: “O canal é aberto. Estaremos sempre à disposição. Nossa convivência com o MP é salutar”.

A notícia é encerrada com a fala de defesa da polícia, que induz o leitor a pensar que a polícia militar está pronta para colaborar com a decisão do Ministério Público e com a verificação dos casos de violência policial.

Entretanto, no decorrer da matéria, o promotor relata que “...enfrenta resistência para que os veículos do Grupamento de Policiamento Tático (GPT) também recebam GPS. Queremos acabar com o jogo de empurra. O MP não abre mão de que o GPT também tenha GPS...”.

Com essas falas, podemos perceber que notícia teve um posicionamento mais imparcial sobre a questão da violência policial; no entanto, ao final, ela enfatizou o interesse da polícia militar para resolver o problema, o que dá mais crédito à mesma, mesmo diante das críticas.

No dia 10 de maio, mais uma reportagem sobre violência policial: “Rapaz denuncia agressão de militar”:

Dois militares lotados no 13º batalhão da Polícia Militar (BPM) cujos nomes ainda não foram divulgados, são acusados de espancar o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, e um amigo dele, identificado apenas como Júnior, na madrugada do dia 21 de março...

De acordo com Eujak, os militares pediram que os dois apresentassem os documentos pessoais, mas ele estava somente com os documentos do filho de 5 anos. “Foi quando os policiais me pediram 50 reais para nos libertar. Eu disse que não tinha dinheiro e muito menos a obrigação de dar dinheiro para eles” contou. Foi a partir desse momento, conforme o técnico em eletrônica, que ele e o amigo foram espancados pelos dois militares.

Eujak contou que foi atingido por um golpe de cassetete no braço esquerdo, um golpe de coronha no tórax e outro de cassetete no maxilar inferior e que sofreu fratura exposta. “Nenhum dos militares tinha identificação. Ao verem o osso exposto, entraram no carro e saíram do local” disse. O amigo de Eujak não foi mais visto no setor.

A denúncia foi registrada por uma tia da vítima, no 2º Centro Integrado de Operações de Segurança (Cips) de Aparecida de Goiânia, na Vila Brasília. O caso deve ser investigado pela gerência de correições e disciplina da Polícia Militar, conforme informou ontem o comandante do 13º Batalhão da PM, tenente-coronel Carlos Cezar Acário. Ele ficou sabendo sobre a denúncia somente ontem...” (O Popular, Cidades, 10/05/2006)

Nessa matéria, *O Popular* publica a versão da vítima com todos os detalhes, entrevistando-a e dando destaque para a agressão policial. As fontes para a produção da notícia foram o boletim de ocorrência do 2º Centro Integrado de Operações de Segurança (Cips) de Aparecida de Goiânia, na Vila Brasília e Eujak Moreira Filho, vítima.

O tenente-coronel Carlos Cezar Macário foi procurado para falar sobre seu posicionamento diante do crime, mas alegou que ficou sabendo do caso somente no dia anterior.

Essa foi uma matéria mais imparcial, já que as diferentes fontes foram citadas. Não há uma defesa tão veemente da polícia militar e há detalhes de como a tortura contra a vítima aconteceu.

Contudo, no dia 11 de maio, um dia após ter sido publicada a notícia acima, saiu uma outra nota sobre o caso, com o título: “Inquérito apura denúncia de agressão por PMs”:

A Gerência de Correções e Disciplina da Polícia Militar instaurou ontem Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a denúncia de lesões corporais graves cometidas contra o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, por dois militares que trabalhavam no veículo RP- 3332, do 13º Batalha da Polícia Militar (BPM) ...

O MP recomendou à Gerência de Correções e Disciplina da PM que o oficial que vai presidir o IPM seja lotado em outra unidade, alheia ao 13º BMP. Ontem o promotor Carlos Alberto Fonseca, do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público, confirmou que o inquérito é necessário porque o técnico em eletrônica foi vítima de lesões corporais graves.

A família da vítima deverá apresentar o exame de corpo de delito para ser juntado ao IPM. A Gerência de Correções terá 40 dias para concluir o inquérito. “Eujak Moreira Filho teve fratura exposta de maxilar ao ser espancado pelos dois militares no Bairro Capuava.” (O Popular, Cidades, p.6, 10/05/2006).

Nessa versão, a Gerência de Correções e Disciplina da Polícia Militar já afirma que tomará as devidas providências para apurar a denúncia de lesões corporais graves cometidas contra o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho. A matéria foi publicada demonstrando o interesse da Polícia Militar em resolver esse caso e punir os culpados.

No último parágrafo são lembradas as várias violências sofridas pela vítima, o que dá mais imparcialidade para a notícia; contudo, seu enfoque principal está no fato de que esses crimes serão apurados pela Polícia Militar.

A nosso ver, essa matéria, construída um dia após ter sido inicialmente divulgado o caso de violência policial, foi um espaço para dar o direito de defesa para a Polícia Militar, demonstrando sua disponibilidade em apurar o crime.

Mais uma vez, é dado o espaço de defesa para a polícia, sem que haja muito espaço para as famílias das vítimas da violência policial. O Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial também não é citado como fonte em nenhuma destas matérias.

Conforme podemos perceber, foram poucas (somente quatro) as notícias que abordaram a questão da violência policial contra jovens no período pesquisado. Sabemos da importância do papel da mídia na formação de opiniões e no debate público. Por isso consideremos que seria importante a apresentação dos casos de violência policial de forma imparcial, já que o tema é algo que atinge e aflige diretamente a população. O que verificamos, na verdade, foi uma apresentação dos fatos sempre com direito de resposta e defesa da polícia, sendo que nem sempre foram ouvidas as vítimas ou suas famílias.

Conforme afirma Lima (2006, p.17), a teoria do enquadramento é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido.

Em nossa análise específica, percebemos, até agora, que o principal enquadramento que *O Popular* deu na publicação das notícias sobre a violência policial contra jovens foi o direito de defesa da polícia. Assim, mesmo que a polícia tenha errado cometendo crimes, estes seriam apurados com todo rigor, demonstrando sua boa vontade para resolver o problema.

“77 PMS INVESTIGADOS POR MORTES”

Decidimos analisar a matéria “77 PMs investigados por mortes”, publicada no dia 06 de março de 2006 (fora do período escolhido para fazer esta pesquisa), porque ela traz um balanço dos casos envolvendo violência policial contra jovens, com uma abordagem que, a nosso ver, evidencia parte da postura do Jornal O Popular relativa a esta temática.

Começaremos expondo alguns trechos da matéria:

Do início de janeiro ao dia 23 de fevereiro, a 1ª Vara Criminal de Goiânia recebeu 26 Inquéritos Policiais Militares (IPMs), nos quais 77 militares goianos foram apontados como autores de 32 homicídios na capital. Até o final do ano passado, segundo o juiz Jesseir de Alcântara, a 1º Vara Criminal recebia no máximo, dois IPMs por mês... o juiz Jesseir Coelho de Alcântara ressalta que nunca houve tanta eficiência na investigação de crimes cometidos por militares em Goiás. “Ou estão apurando com maior rigor esses delitos ou policiais militares estão matando mais. Acredito na primeira hipótese”... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

No início da matéria, é apontado o fato de que existem várias denúncias contra policiais militares e que elas aumentaram com o decorrer do tempo. Isso evidencia os casos de violência policial e coloca em pauta essa questão. Contudo, logo em seguida, é afirmado que esses casos estão sendo investigados com eficiência pela PM, o que, a nosso ver, já é uma forma dar um espaço de defesa para a Polícia Militar de Goiás. A notícia continua:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1º Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nessa parte, a fonte (juiz da 1º Vara Criminal) afirma que os assassinatos cometidos por policiais tinham como vítimas, na maioria dos casos, pessoas que tinham passagem pela polícia. Da forma como está colocado, esse dado minimiza o fato de que os homicídios estavam

acontecendo. É interessante verificar também a linguagem utilizada pelo jornal. Em nenhum momento foi afirmado que os policiais que assassinaram essas pessoas são "bandidos", pois esses são termos mais fortes e de maior impacto, utilizados, inclusive, para definir as algumas das vítimas desta violência.

A matéria continua ilustrando casos de homicídios cometidos por policiais, ressaltando que essas pessoas que estiveram em confronto com a polícia já haviam cometido crimes:

É o caso, por exemplo, do IPM que indicia 11 militares do Grupo de Patrulhamento tático (GPT) de Aparecida de Goiânia pela morte de Ronaldo Rodrigues dos Santos, de 21 anos, Vanderlan Pereira Gomes, 23, e de Reinando Fernandes Montavão, ocorrido no dia 14 de fevereiro do ano passado, no Parque Primavera, em Aparecida de Goiânia. O caso será julgado pelo juiz da 1^ª Vara Criminal de Aparecida de Goiânia, Silvio José Rabuske.

Os três homens haviam feito cinco reféns - três mulheres e dois homens - durante um assalto ao Frigorífico Frioserve. Durante a ação do bando e o cerco da PM, os três assaltantes espancaram os reféns. Na tentativa de fuga, os ladrões trocaram tiros com os policiais e foram mortos. Nenhum dos reféns foi ferido durante o tiroteio.

Outra pessoa que morreu, segundo as investigações da polícia, durante tentativa de fuga, foi Sidomar Rodrigues da Costa, 27, que, com auxílio de dois comparsas, havia assaltado um supermercado em Palmeiras de Goiás, a 98 quilômetros de Goiânia. Sidomar foi perseguido até o Setor Recanto do Bosque, Região Norte da capital, onde eles e os parceiros trocaram tiros com a polícia. Sidomar morreu e os demais foram presos. Três militares foram indiciados pela morte do assaltante... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nos dois exemplos citados na notícia, as vítimas são pessoas que tiveram confronto com a polícia, reagiram às suas abordagens e acabaram sendo mortas. A notícia dá detalhes sobre os atos violentos cometidos pelas vítimas, sem dar muitas informações sobre como os policiais assassinaram as mesmas. A nosso ver, essa forma de relatar os fatos justifica, de maneira implícita, a ação da polícia.

A matéria também ilustra dois casos de execuções cometidos por policiais, sem dar muitos detalhes. Em um desses casos, a vítima, David de Moraes, 16, segundo a versão da PM, era autor de seis homicídios e acabou sendo assassinado por policiais. No outro caso, a vítima foi o travesti Antônio Carlos Pereira Xavier, que foi executado pelo soldado Antônio Luiz Gouveia com um tiro na cabeça. Esses casos são relatados de forma rápida e superficial, sem dar muitos detalhes da ação da polícia. Mais uma vez também é ressaltado que uma das vítimas, David de Moraes, de 16 anos, era "bandido" por ser autor de seis homicídios.

Para concluir a notícia, é dado destaque para a ação da PM em dar agilidade aos processos:

Desde que assumiu a Gerência de Correções da PM em junho do ano passado, o tenente-coronel José da Rocha Cuêlho e sua equipe, formada integralmente por oficiais

com formação superior em Direito, trabalham para colocar em dia a remessa de procedimentos para o Judiciário ou para a administração da corporação. “Empreendemos um ritmo ágil. Os casos que estavam parados por falta de pessoal já estão sendo investigados. Estamos colocando todos os procedimentos em dia”, explicou.

Todos os crimes cometidos por militares são investigados pela Gerência de Correições com base no Código Penal Militar, por meio de Inquérito Policial Militar ou de sindicâncias. Nos dois casos, os procedimentos são encaminhados para a Auditoria Militar, que julga todos os casos, exceto os de crime contra a vida, que são distribuídos às varas criminais das comarcas onde ocorreram. “Não temos mais nenhum caso arquivado”, completa.

Esse perfil da PM vem se consolidando desde que a Gerência de Correições indiciou oito militares pelo desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues, 12, e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, 21, ocorrido no dia 22 de abril do ano passado, na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia. Apesar da absolvição dos militares por falta de materialidade e de autoria do crime, o tenente-coronel José da Rocha Cuêlho acredita que a PM cumpriu com a sua obrigação investigando o crime e apontando os culpados... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nessa parte, percebemos que a versão divulgada e o enfoque da matéria foram direcionados pela Gerência de Correições da PM. Mesmo denunciando os casos de violência policial, o destaque dado é que a Polícia Militar estaria se esforçando para resolver os casos e dar agilidade aos processos.

Não há entrevistas com familiares das vítimas, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiânia ou com o Ministério Público do Estado, o que deixaria a notícia menos parcial.

Além disso, a história dá bastante enfoque no fato de que a maioria das vítimas dos homicídios cometidos por policiais tinha passagem pela polícia, aliviando, assim, o fato de que as mortes foram cometidas pelos policiais militares.

Portanto, nesta matéria, o enquadramento mais uma vez foi feito no direito de defesa da polícia diante dos casos de violência policial. Além disso, as vítimas desta violência policial, segundo citado, seriam, em sua maioria, pessoas que já tiveram passagem pela polícia, o que, a nosso ver, é mais uma forma de defesa dos policiais militares.

Ao fazer a análise das notícias sobre violência policial publicadas no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, período em que foi lançado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* (26 de abril de 2006), encontramos 15 matérias relacionadas com a temática juventude e violência.

Destas, quatro trataram diretamente dos casos de violência policial contra jovens; uma apontou o controle e combate à violência como sendo uma das principais demandas sociais de

Goiás; três apresentaram jovens assassinados, sem apontar os culpados e quatro apresentaram casos de jovens que cometeram crimes.

Percebemos que foram poucas (somente quatro) as notícias do *O Popular* que abordaram diretamente a questão da violência policial contra jovens no período pesquisado.

Em nossa análise, verificamos que o principal enquadramento que *O Popular* deu na publicação das notícias sobre a violência policial contra jovens foi o direito de defesa da polícia.

A versão divulgada e os enfoques das matérias foram direcionados pela Gerência de Correições da PM. Não há entrevistas com familiares das vítimas, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiânia ou com o Ministério Público do Estado.

Sabemos do peso e o papel da mídia na formação de opiniões e no debate público. Por isso consideremos que seria importante a apresentação dos casos de violência policial de forma imparcial, já que o tema atinge e aflige diretamente a população.

Entrevista com Silvana Bittencort, Editora do caderno *Cidades* do *O Popular*

Com o objetivo de buscar mais informações sobre como o jornal *O Popular* divulgou os casos de violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, fizemos uma entrevista com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades*, no ano de 2006.

Nesta entrevista, Silvana afirmou que acompanhou os casos de violência policial contra jovens e que o jornal fez uma ampla cobertura dos mesmos, por chamarem a atenção do público.

Contudo, essas afirmações contradizem os dados desta pesquisa, já que, no mês do lançamento do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, foram publicadas apenas quatro matérias enfocando esta temática.

Quando perguntada sobre como foi a cobertura do jornal *O Popular* sobre o lançamento do Comitê, que aconteceu no dia 28 abril de 2006, na Assembléia Legislativa de Goiás, Silvana respondeu: “Acompanhamos o lançamento e divulgamos no jornal. Como falei anteriormente, o tema chegou a provocar reportagens especiais sobre o assunto”.

Contudo, nossa pesquisa não encontrou nenhuma matéria nesse período citando a criação do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial. Nas quatro notícias publicadas, o comitê não foi citado e nem foi procurado como fonte de informações.

Ainda perguntada sobre as fontes para as notícias de violência policial contra jovens, ela afirmou: “Famíliares de vítimas, com o direito da polícia se manifestar e sempre responder as acusações feitas”.

Conforme verificamos na análise das matérias publicadas neste período, em todas elas existiu o direito da polícia se manifestar e responder às acusações. Contudo, as famílias, na maioria dos casos, não foram procuradas para dar seus depoimentos.

Também é interessante lembrar que ela considera que o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial “...é uma importante forma de união e defesa das famílias de vítimas, que normalmente sofrem pressões, ameaças e têm poucas chances de conquistar seus direitos”. No entanto, mesmo admitindo a importância desse comitê, o jornal não publicou nada sobre o seu lançamento e não o procurou como fonte para a construção das notícias.

A jornalista afirmou que *O Popular* dá transparência às notícias publicadas sobre os casos de violência policial contra jovens já que ele procuraria todas as possíveis fontes (famíliares e polícia) para a construção destas matérias. Entretanto, na prática, durante a análise das notícias publicadas sobre a temática da violência policial contra jovens, percebemos que isto não aconteceu, o que contradiz grande parte do seu discurso.

Na fala da jornalista tudo parece ocorrer com equidade e o jornal parece dar importância ao tema da violência policial contra jovens, publicando, supostamente, as notícias com imparcialidade. Todavia, ao confrontar seu discurso com a análise das matérias publicadas pelo *O Popular* no período desta pesquisa, percebemos que o enfoque do jornal é o do direito de defesa da polícia, sem dar destaque ou espaço de resposta para as famílias das vítimas da violência policial.

Entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*

Para trazer mais elementos de análise para esta pesquisa, fizemos uma entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. Divino é pai de Rodrigo Dias Barco, que aos 19 anos foi assassinado por policiais militares, em Goiânia, Goiás.

Perguntado sobre como era a relação do jornal *O Popular* com o Comitê na época de seu lançamento, ele afirmou que esta relação era praticamente inexistente. Também disse, ainda, que

o jornal utilizava sempre a polícia como fonte de informação, sendo que os familiares eram poucas vezes ou quase nunca procurados para dar sua versão dos fatos. Segundo ele:

A relação praticamente não existia. O Comitê não era reconhecido ainda e o Jornal O Popular não tinha interesse em fazer cobertura dos casos de violência policial porque o objetivo dele era acobertar os feitos da polícia, dando continuidade pelo corporativismo por ele praticado. Os jornalistas só tinham ouvidos para a polícia. Eu tentei procurar o jornal para ter o direito de resposta de acordo com a notícia que eles soltaram, eles enrolaram e não me deram direito de resposta.

Divino também afirmou que o Jornal O Popular transformou seu filho em bandido para justificar a ação da polícia.

O que eles fizeram foi transformar meu filho em bandido. No caso do meu filho, ele nunca teve passagem pela polícia, nunca foi a uma delegacia nem para prestar depoimento. Ele trabalhava, ganhava bem, 900 R\$, um salário bom para uma pessoa nova. Nas notícias publicadas, ele foi colocado como se fosse bandido, como se ele tivesse trocado tiros com a polícia. O próprio laudo cadavérico desmente a versão dos policiais. Eles disseram que o meu filho lutou e o laudo disse que ele não tinha nenhuma lesão nos braços e nas pernas que indicasse luta. Meu filho foi executado de joelho. O exame cadavérico releva que no primeiro tiro ele foi eliminado. Eles deram seis tiros e tudo bem caracterizado, de cima para baixo. A pessoa não precisa ser um especialista para saber que se o tiro vem de cima para baixo, o executor dos disparos estava em cima de uma casa ou o menino está de joelhos. Então como poderia ter havido luta corporal? Isso não existe.

Lembrando que, conforme verificamos na análise das matérias publicadas no período do lançamento do Comitê, foi afirmado que na maioria dos casos em que os jovens foram assassinados por policiais houve confronto com a polícia. Como ilustra a notícia publicada no dia no dia 06 de março de 2006:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1ª Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Isso contradiz o depoimento de Divino, que afirmou que seu filho nunca teve passagem pela polícia. Por isso deduzimos que o jornal utilizou a polícia como fonte das informações, sem confrontá-las com os depoimentos dos familiares, atitude essa que daria uma visão mais alargada do assunto, o que diminuiria a parcimônia.

Divino ainda reafirmou, durante a entrevista, que a única fonte de informações do jornal *O Popular* foi a polícia:

O jornal *O Popular* sempre coloca a versão da polícia. Era só com o fato consumado no local. Dificilmente procuravam os pais das vítimas para contrastar as duas versões, soltando assim, a versão que eles concluíam de forma irresponsável e agonizante para os familiares...

Para concluir, ele ainda faz um pedido:

Eu gostaria que esses jornais ouvissem os dois lados, que existisse justiça. O Jornal O Popular está começando a cair porque está faltando a verdade. Na cobertura da violência, eles só amparam a classe mais forte e a classe mais fraca fica desfavorecida. O jornal, além de ter um preço exorbitante, não ampara os desfavorecidos. Eles dão sustentação à elite que eles carregam...

Diante deste depoimento e da análise das notícias publicadas pelo Jornal O Popular de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o depoimento de Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades* do jornal *O Popular*, em algumas partes, contradiz com o que de fato aconteceu naquele período.

Isto porque, na maioria dos casos, as famílias e o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* não foram procuradas para dar sua versão sobre os fatos.

Lembrando que o depoimento de Divino reforça a idéia de que os casos publicados pelo jornal, onde as vítimas são colocadas, muitas vezes, como bandidos, não condizem com o depoimento dos pais, que afirmam que seus filhos nem mesmo tinham passagem pela polícia.

Conclusão

Diante da análise dos casos de violência policial contra jovens publicados no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais. Esse enquadramento teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*.

Confrontando essa realidade com os depoimentos apresentados pelos familiares das vítimas da violência policial, percebemos que o enfoque das matérias é tendencioso no sentido de justificar as atitudes da polícia, que estaria sempre disposta a investigar e colaborar para que o problema se resolva.

Conforme a citação da publicação *A Nova Democracia* (A Nova Democracia, 2007, n°33), em Goiás, policiais militares cometeram homicídios contra pessoas que, em grande parte, não tinham passagem pela polícia:

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A Nova Democracia, 2007, n°33)

Esses dados e os depoimentos dos familiares contradizem a versão publicada pelo jornal *O Popular*, que afirma que a maioria das vítimas da violência policial já teve passagem pela polícia.

Esses dados também contradizem depoimentos de pesquisadores como Pinheiro (ILANUD, s.d., p.124) que afirma que os policiais, trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus-tratos etc.

No documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos. (ILANUD, s.d., p.124)

O documento também aponta que os policiais militares são grandes responsáveis por homicídios de jovens.

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar. A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo disponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais. (ILANUD, s.d., p.124)

O material ainda aponta uma pesquisa que demonstra que, de acordo com as características descritas nos processos de crimes contra adolescentes e jovens, fica claro que eles foram executados.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já haviam testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia. (ILANUD, s.d., p.125)

Assim, o relato conclui:

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e,

quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança. (ILANUD, s.d., p.125)

Essa realidade de abuso de poder exercido pela polícia deveria ser relatada na íntegra pelos meios de comunicação, colocando, pelo menos, as duas versões dos fatos, a das famílias e vítimas da violência policial e a da polícia. Contudo, conforme percebemos nessa pesquisa, o enquadramento dado foi apenas para a versão da polícia.

Sabendo da importância e o poder dos meios de comunicação, especificamente do jornal *O Popular* - um dos principais veículos de comunicação impressa de Goiás - é imprescindível que o mesmo busque maior imparcialidade e veracidade, citando elementos de todas as possíveis fontes em suas matérias.

Mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. Por isso a importância de saber se posicionar diante das informações divulgadas pelos veículos de comunicação, ultrapassando os casos de manipulação, a falta de crítica e a homogeneização do conteúdo transmitido.

Não podemos generalizar a afirmação de que o todo o conteúdo publicado pelo *O Popular* sobre os casos de violência policial é tendencioso, visto que nosso foco de pesquisa foi delimitado em um pequeno período, de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Para afirmações mais contundentes, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, com um foco mais amplo de análise.

Aqui abrimos a questão para que, no futuro, outras pesquisas sejam realizadas buscando analisar a cobertura dos casos de violência policial contra jovens feita pelos veículos de comunicação goiana.

Deixamos essa provocação para outros pesquisadores continuem essa caminhada, através da análise deste tema de grande importância para a sociedade e, de modo especial, para a juventude, carente de políticas públicas e de uma atenção maior por parte dos governantes, dos meios de comunicação, das várias instituições e da sociedade.

Referências:

A NOVA DEMOCRACIA, ano V, n° 33, fev.2007. Disponível em:
<<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.

BONFIM, Willian. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 174 p.

CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). *Cadernos Adenauer II, nº6, As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião. O novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIDADANIA, INSTITUTO. *Projeto Juventude*. Documento de Conclusão

– Versão Final. São Paulo, 2004.

COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL. Quando a dor vira resistência. Disponível em

<<http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1021>> Acesso em: 14 de setembro de 2007.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/Cap_06.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

JUVENTUDE, Assessoria Especial. *Retratos da Juventude Goiana*. Goiânia: s.n., 2001.

LIMA, Venício. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.